



## AUTÓGRAFO

Processo n.º 41/2025

LEI N.º 1818

DE

12 DE MARÇO DE 2025

**SANÇÃO**  
SANCIONO A PRESENTE LEI  
ITABERABA-BA, 13/03/2025  
PREFEITO

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itaberaba a Semana Municipal de Prevenção e Combate à Obesidade Infantil.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABERABA, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a presente Lei:

**Art. 1º** - Fica instituída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itaberaba a "Semana Municipal de Prevenção e Combate à Obesidade Infantil".

**Parágrafo único.** O Evento de que trata o caput será celebrado nas escolas públicas e privadas, na segunda semana de outubro, que compreenda o dia 11, data em que se comemora o "Dia Nacional de Prevenção da Obesidade".

**Art. 2º** - A "Semana Municipal de Prevenção e Combate à Obesidade Infantil" tem por objetivo orientar a comunidade escolar sobre:

I - as causas, as consequências, os diagnósticos, as formas de prevenção e os tratamentos existentes relativos à obesidade infantil;

II - a segurança alimentar;

III - o combate a todas as formas de preconceito e "bullying" sofridos por crianças e adolescentes com obesidade; e IV - os possíveis impactos na saúde física e mental das crianças e dos adolescentes com obesidade.

**Art. 3º** - Na Semana de que trata o art. 1º, poderão ser realizadas atividades que tratem sobre a conscientização, a prevenção e o combate à obesidade infantil, tais como:

I - debates;

II - palestras;

III - eventos;

IV - seminários; e

V - ações educacionais.

**Art. 4º** - O Poder Executivo Municipal poderá realizar parceria com Instituições de Ensino Superior, objetivando o apoio técnico e científico para a realização dos objetivos dispostos na presente Lei.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

**GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA, em 12 de março de 2025.**

Vereador **GERSON ALMEIDA DE JESUS**  
Presidente



## COMISSÃO DE JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### PARECER

**Processo nº 41/2025 - PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 02/2025 de autoria do vereador Peba**, que institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itaberaba a Semana Municipal de Prevenção e Combate à Obesidade Infantil.

Trata-se de projeto de lei legislativo de nº 02/2025, de autoria do vereador Evanilton Oliveira Souza (Peba), que inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itaberaba a Semana Municipal de Prevenção e Combate à Obesidade Infantil.

O projeto encontra respaldo constitucional no artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que garantem aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber. Ademais, o tema está alinhado às políticas públicas de saúde e bem-estar infantil, de competência comum entre os entes federados.

Não há ofensa ao princípio da separação dos Poderes, pois o projeto de lei não cria obrigações financeiras para o Executivo, tampouco interfere na organização administrativa municipal. O Supremo Tribunal Federal (STF), no Tema 917 de repercussão geral, consolidou o entendimento de que o Legislativo pode propor leis que impliquem despesas para a Administração, desde que não alterem sua estrutura.

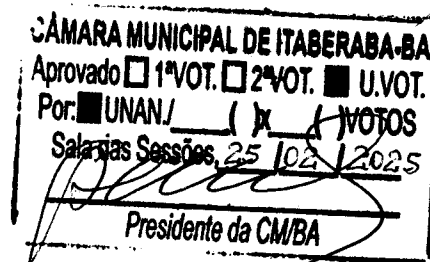
Diante do exposto, entende esta comissão estarem presentes os requisitos relativos à constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade, cabendo ao Plenário a valoração do seu mérito.

**Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2025.**

  
**LUCIANO SAMPAIO DE OLIVEIRA**  
Presidente / Relator

  
**ZENILDO NASCIMENTO ARAGÃO**  
Membro

  
**VALTEIR OLIVEIRA SILVA**  
Membro





## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 11:00h, no recinto da Câmara Municipal de Itaberaba, reuniu-se a **Comissão de Justiça e Redação** para apreciação das matérias constantes da pauta.

Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente da comissão, vereador **Luciano Sampaio de Oliveira (Luciano de Santa Quitéria)**, contando com a presença dos membros **Zenildo Nascimento Aragão (Paraná)** e **Valteir Oliveira Silva (Valteir da Vila)**.

Na oportunidade, foram analisados os seguintes projetos:

**1. Processo nº 39/2025 - Projeto de Lei do Legislativo nº 01/2025, de autoria do vereador Peba**, que "dispõe sobre a prioridade de matrícula para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas municipais próximas à sua residência ou ao local de trabalho de seus responsáveis no Município de Itaberaba."

**2. Processo nº 41/2025 - Projeto de Lei do Legislativo nº 02/2025, de autoria do vereador Peba**, que "institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itaberaba a Semana Municipal de Prevenção e Combate à Obesidade Infantil."

Após análise e discussão, a comissão manifestou-se **favoravelmente** à aprovação de ambas as matérias, considerando sua legalidade, constitucionalidade e relevância social. O **Projeto de Lei nº 01/2025** fortalece a inclusão e garante melhores condições de acesso à educação para crianças com TEA, enquanto o **Projeto de Lei nº 02/2025** promove a conscientização e a prevenção da obesidade infantil, contribuindo para a saúde pública do município.

Dessa forma, ambos os projetos seguem para deliberação do **Plenário**, em **1ª discussão e votação**, com **quórum de maioria simples dos membros da Câmara**, conforme o disposto no **art. 194, § 2º, inciso III, do Regimento Interno**, sendo adotado o **processo de votação simbólico**.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual lavrou-se a presente ata, que será assinada pelos membros das comissões presentes.

**Sala das Comissões, Itaberaba/BA, 21 de fevereiro de 2025.**

  
**LUCIANO SAMPAIO DE OLIVEIRA**

Presidente / Relator

  
**ZENILDO NASCIMENTO ARAGÃO**

Membro

  
**VALTEIR OLIVEIRA SILVA**

Membro



## PUBLICAÇÃO

**MATÉRIAS PARA A PAUTA DA ORDEM DO DIA  
DA SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA  
DO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2025, ÀS 21:30h.**

- 1. Processo nº 33/2025 - PROJETO DE LEI DO ORDINÁRIA Nº 02/2025 de autoria do Poder Executivo Municipal:** concede e disciplina a dispensa de juros e multas, autoriza a remissão de créditos tributários e dá outras providências.  
**TURNO: 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**  
**PARECERES: JUSTIÇA E REDAÇÃO (favorável)**  
**QUÓRUM: MAIORIA DE 2/3 DOS MEMBROS DA CÂMARA (ART. 194, § 2º, I do Regimento Interno)**  
**PROCESSO DE VOTAÇÃO: SIMBÓLICO**
  
- 2. Processo nº 39/2025 - PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 01/2025 de autoria do vereador Peba:** dispõe sobre a prioridade de matrícula para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas municipais próximas à sua residência ou ao local de trabalho de seus responsáveis no Município de Itaberaba.  
**TURNO: 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**  
**PARECERES: JUSTIÇA E REDAÇÃO (favorável)**  
**QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES DOS MEMBROS DA CÂMARA (ART. 194, § 2º, III do Regimento Interno)**  
**PROCESSO DE VOTAÇÃO: SIMBÓLICO**
  
- 3. Processo nº 41/2025 - PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 02/2025 de autoria do vereador Peba:** institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itaberaba a Semana Municipal de Prevenção e Combate à Obesidade Infantil.  
**TURNO: 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**  
**PARECERES: JUSTIÇA E REDAÇÃO (favorável)**  
**QUÓRUM: MAIORIA DE 2/3 DOS MEMBROS DA CÂMARA (ART. 194, § 2º, I do Regimento Interno)**  
**PROCESSO DE VOTAÇÃO: SIMBÓLICO**

**Itaberaba-BA. 21 de fevereiro de 2025.**

Vereador   
Presidente CMI/BA



## PARECER JURÍDICO

Consulente: **Câmara Municipal de Itaberaba**

Projeto de Lei do Legislativo 002/2025

Projeto de Lei. Semana de Prevenção e Combate a Obesidade Infantil. Legalidade. Constitucionalidade.

Cuida o parecer de análise de projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo que *"Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itaberaba a Semana Municipal de Prevenção e Combate à Obesidade Infantil"*.

Após demonstrações estatísticas, afirma o proponente que *"de acordo com o Ministério da Saúde, é fundamental aumentar a conscientização sobre prevalência, gravidade e diversidade do estigma do peso"*, através de uma política pública.

Delimitada a matéria, passamos a emitir **opinião**.

Inicialmente, é importante registrarmos que o presente parecer se atém apenas à análise da constitucionalidade (material e formal) e legalidade do projeto de lei em comento, sem qualquer juízo de valor sobre o mérito do mesmo.

Assim, apenas os vereadores possuem legitimidade para a valoração do mérito (juízo político) do projeto de lei.

O objeto do projeto de lei, voltado à prevenção e combate à obesidade infantil, se enquadra como assunto de interesse local. Ainda, sem inovar na ordem jurídica nacional pode ser entendido como complementar em relação a políticas públicas de saúde, que é competência comum a todos os entes federados..

Dia o artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*



(...)

Desta forma, tem-se como caracterizada a competência da municipalidade para legislar sobre o tema constante do projeto de lei.

Em relação à iniciativa de projeto de leis, é importante registrar que houve significativa evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que, outrora, entendia pela inconstitucionalidade por vício de iniciativa de projetos de lei que “aumentassem despesas” para o executivo.

Atualmente, é consolidado na Corte Superior o entendimento de que não existe uma vedação genérica ao legislativo de proibição de criação de despesas ao executivo, inclusive sob pena de impedir o desenvolvimento da função constitucional típica do Poder Legislativo, que é legislar.

Praticamente, quase a totalidade de projetos de leis de iniciativa do legislativo, de alguma forma, cria despesa ao executivo, de forma que tentar impedir isso é esvaziar a iniciativa legislativa do Poder Legiferante.

O rol de matérias cuja iniciativa legislativa é reservada ao executivo é taxativa. Sendo matéria limitativa de direito, deve ser interpretada restritivamente, mormente no caso onde o raciocínio tende a cercear a função típica de um dos poderes institucionalizados.

Lembrando que o processo legislativo é norma constitucional de reprodução obrigatória, tem-se que o rol de iniciativa privativa do executivo vem elencado no § 1º do artigo 61 da Constituição Federal, nos seguintes termos:

*§ 1º. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:*

*I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;*

*II - disponham sobre:*

*a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;*

*b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;*

*c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;*

*d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;*



*e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;*

*f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.*

Assim, não há uma vedação genérica que impeça a criação de despesas para o executivo pelo legislativo.

Nesta linha, quando do julgamento do TEMA 917, repercussão geral, foi fixada a seguinte TESE:

*Tema 917. STF. Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal).*

Obviamente que não se pode criar uma despesa sem a respectiva dotação orçamentária. Assim quando o legislativo criar uma **despesa direta** ao executivo deve, sob pena de inconstitucionalidade, indicar a dotação para fazer frente a esta despesa.

De qualquer forma, o projeto de lei em comento não cria uma despesa obrigatória ao executivo. O projeto trata de campanhas de conscientização e políticas públicas.

Da mesma forma, o projeto de lei não cria cargos públicos e nem mesmo interfere na organização administrativa.

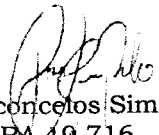
Assim, há legitimidade na iniciativa.

O projeto de lei apresenta-se dentro do permitido pela Constituição Federal e sem vícios de legalidade, estando apto a juízo de valor pelo legislativo.

**DE TUDO QUE EXPOSTO**, nos termos fundamentados e com as considerações e observações postas, temos que o projeto de lei apresenta-se **formal e materialmente constitucional**, sem vícios de legalidade, apto à valoração legislativa.

É o parecer, *sub censura*.

Itaberaba, 21 de fevereiro de 2025.

  
Jean Carlos Vasconcelos Simões Pinho  
OAB.BA.19.716



## PROJETO DE LEI LEGISLATIVO N.º 02,

DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itaberaba a Semana Municipal de Prevenção e Combate à Obesidade Infantil.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABERABA, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a presente Lei:

**Art. 1º** - Fica instituída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itaberaba a "Semana Municipal de Prevenção e Combate à Obesidade Infantil".

**Parágrafo único.** O Evento de que trata o caput será celebrado nas escolas públicas e privadas, na segunda semana de outubro, que compreenda o dia 11, data em que se comemora o "Dia Nacional de Prevenção da Obesidade".

**Art. 2º** - A "Semana Municipal de Prevenção e Combate à Obesidade Infantil" tem por objetivo orientar a comunidade escolar sobre:

**I** - as causas, as consequências, os diagnósticos, as formas de prevenção e os tratamentos existentes relativos à obesidade infantil;

**II** - a segurança alimentar;

**III** - o combate a todas as formas de preconceito e "bullying" sofridos por crianças e adolescentes com obesidade; e **IV** - os possíveis impactos na saúde física e mental das crianças e dos adolescentes com obesidade.

**Art. 3º** - Na Semana de que trata o art. 1º, poderão ser realizadas atividades que tratem sobre a conscientização, a prevenção e o combate à obesidade infantil, tais como:

**I** - debates;

**II** - palestras;

**III** - eventos;

**IV** - seminários; e

**V** - ações educacionais.

**Art. 4º** - O Poder Executivo Municipal poderá realizar parceria com Instituições de Ensino Superior, objetivando o apoio técnico e científico para a realização dos objetivos dispostos na presente Lei.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.





## JUSTIFICATIVA

De acordo com o Ministério da Saúde, a obesidade em crianças e adolescentes é multifatorial. Condições genéticas, individuais, comportamentais e ambientais podem influenciar no estado nutricional. O relatório público do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional, com dados de pessoas acompanhadas na Atenção Primária à Saúde (APS), aponta que, até meados de setembro de 2022, mais de 340 mil crianças de 5 a 10 anos de idade foram diagnosticadas com obesidade. Em 2021, a APS diagnosticou obesidade em 356 mil crianças dessa mesma idade.

Atualmente, a Região Sul possui 11,52% de crianças obesas nessa faixa etária, maior índice do País. Em seguida, aparecem as Regiões Sudeste, com 10,41%; Nordeste, com 9,67%; Centro-Oeste, com 9,43%; e Norte, com 6,93% das crianças acompanhadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na Região.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) reconhece a obesidade como um problema de Saúde Pública. Por ser multifatorial, a doença exige intervenções integradas de diversos setores, além da Saúde, para deter o seu avanço e garantir o pleno desenvolvimento durante a infância.

Não é demais destacar que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, inciso VII, prevê ser dever do Estado a educação, efetivada mediante a garantia de "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde".

Frise-se que no dia 11 de outubro é celebrado o "Dia Mundial da Obesidade" e o "Dia Nacional de Prevenção da Obesidade", este instituído pela Lei Federal nº 11.721, de 23 de junho de 2008, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da prevenção da obesidade.

Ainda de acordo com o Ministério da Saúde, é fundamental aumentar a conscientização sobre prevalência, gravidade e diversidade do estigma do peso. Os retratos da obesidade na mídia frequentemente reforçam estereótipos imprecisos e negativos sobre pessoas obesas, o que pode levar ao estigma do peso. As campanhas pedem uma movimentação para acabar com o uso de linguagem ou imagens estigmatizantes e comecem a retratar a obesidade de maneira justa, precisa e informativa.

A obesidade é o acúmulo de gordura no corpo causado quase sempre por um consumo de energia na alimentação, superior àquela usada pelo organismo para sua manutenção e realização das atividades do dia a dia, ou seja, a ingestão alimentar é maior que o gasto energético correspondente.



# Câmara Municipal de Itaberaba

ESTADO DA BAHIA  
CNPJ 13.267.315/0001-41

É uma doença crônica que tende a piorar com o passar dos anos, caso o paciente não seja submetido a um tratamento adequado e contínuo. Além de reduzir a qualidade de vida, pode predispor a doenças como diabetes, doenças cardiovasculares, asma, gordura no fígado e até alguns tipos de câncer. A Organização Mundial da Saúde (OMS), inclusive, aponta a obesidade como um dos maiores problemas de Saúde Pública no mundo.

As despesas envolvidas na execução da mencionada Lei poderão ser suplementadas pela dotação orçamentária do Programa 1.201 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Projeto nº 5903.08.243.1.201.2.527 - APOIO À EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, da Lei Orçamentária em vigor.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres Pares desta Casa Legislativa a aprovação deste Projeto de Lei Ordinária.

**Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2025.**

**Vereador EVANILTON OLIVEIRA DE SOUZA**

**"Peba"**

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA-BA  
Aprovado ☒ 1º VOT. ☐ 2º VOT. ☐ U.VOT.  
Por: ☒ UNAN. / ( X ) ( ) VOTOS  
Sala das Sessões 25/02/2025  
\_\_\_\_\_  
Presidente da CM/BA

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA-BA  
Aprovado ☐ 1º VOT. ☒ 2º VOT. ☐ U.VOT.  
Por: ☒ UNAN. / ( X ) ( ) VOTOS  
Sala das Sessões 11/03/2025  
\_\_\_\_\_  
Presidente da CM/BA